



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8767 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 10/GT 13 - Alfabetização, Leitura e Escrita e Educação Fundamental

**ENTRE A CIÊNCIA E A SUSPEIÇÃO: UMA ALTERNATIVA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A ALFABETIZAÇÃO DO 1º AO 3º ANO NA ESCOLA PÚBLICA**

Rosangela Fernandes Torres - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Arminda Rachel Botelho Mourão - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas -FAPEAM

**ENTRE A CIÊNCIA E A SUSPEIÇÃO: UMA ALTERNATIVA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A ALFABETIZAÇÃO DO 1º AO 3º ANO NA ESCOLA PÚBLICA**

**Resumo:** O presente trabalho buscará demonstrar uma alternativa de alfabetização do 1º ao 3º ano da escola pública sob a perspectiva histórico-crítica, com uma pesquisa de caráter experimental, procedimentos de observação participante, aplicação de survey para caracterizar o objeto investigado, e interpretar os dados com base no método do materialismo histórico-dialético.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Pedagogia histórico-crítica; Didática; Ensino.

A história da alfabetização no Brasil, desde o final do século XIX, com a instalação do regime republicano, marca a implementação do sistema de educação de pública, a criação de escolas públicas, e o final do século XX, marca o fim da ditadura civil-militar, imputada em 1964, e o começo da reorganização da educação pública em que São Paulo desponta como um “colonizador” dos outros estados, em termos de “sistema de instrução pública” republicano.

Do balanço histórico, há quatro momentos que expressam a sínteses de diferentes tempos em que se implanta o método da alfabetização no campo da Pedagogia, e conseqüentemente, da Didática.

Segundo Mortatti (2019) o primeiro momento (1876-1890), caracterizado pelo “metodização

do ensino da leitura” em oposição aos métodos sintéticos (alfabético, fônico, silábico), defendido pelo professor Antonio da Silva Jardim, o chamado “Método João de Deus”, focado na palavrção e integrado à Cartilha maternal (1876), de autoria do português João de Deus.

O segundo momento (1890 a meados da década de 1920), desponta a “institucionalização do método analítico”, prescrito para o ensino da leitura e da escrita influenciados pelo modelo norte americano, combateu os métodos: tradicionais: sintéticos em uso até os dias atuais.

No terceiro momento (Meados da década de 1920 ao final da década de 1970), denominado “Alfabetização sob medida”, baseado na mensuração do nível de maturidade para o aprendizado da leitura e escrita, pelos chamados testes do ABC, idealizados por M. B. Lourenço Filho e consoante ao escolanovismo. Tais princípios dão relevo ao ensino instrumental em como se ensina a ler e a escrever, em conformidade a maturidade, as características e os interesses das crianças escolhia-se o método mais condizente para alfabetizar classes homogêneas.

O quarto momento (início da década de 1980 aos dias atuais), caracterizado pela “desmetodização da alfabetização”, cuja perspectiva construtivista sustentada pelas pesquisas da psicóloga argentina Emília Ferreiro e colaboradores. Defende a aprendizagem da lectoescrita, um processo de construção da criança e excluem os tradicionais métodos de ensino da leitura e escrita no sentido do que se provou em termos de resultados, ainda que haja um campo aberto e de poucas pesquisas no campo da alfabetização em sala de aula.

Posto um conjunto de críticas que abrangem desde as pesquisas voltadas para objetos outros que não aqueles voltados para o fazer em sala de aula, até sobre as ciências que requerem o ensino como seu objeto exclusivo, sem conexão com a escola pública e suas nuances, revelam a necessidade da “remedotização da alfabetização”. Em termos de desenvolver mais pesquisas que possa explicar o processo de ensino-aprendizagem e, assim realizar a atividade-fim da universidade que permita propor políticas públicas em alfabetização mais assertivas e contundentes.

Libâneo (2010) imputa a tarefa de recuperar o campo teórico e investigativo da Pedagogia enquanto ciência, em razão do avanço das teorias pós-modernas, exige dos pesquisadores e profissionais da educação ocupar o estatuto de ciência e da didática, ao estudar as formas de mediação didática dos processos da cognição e aprendizagem, ao fazer os nexos entre o método geral da teoria do conhecimento, os métodos da cognição que explica os processos internos da aprendizagem e os métodos particulares das ciências. Na mesma direção Maciel (2018) adverte e amplia em ciências pedagógicas é preciso considerar sua natureza teórico-prática, na qual um princípio pedagógico engloba três dimensões: a natureza filosófica, a concepção de homem; a de natureza epistemológica, a concepção de educação; e, por fim, a natureza metodológica, que abarca o fazer pedagógico.

Mortatti (2014) tece uma crítica a “produção acadêmica brasileira sobre alfabetização” e avalia a qualidade do impacto científico e social das teses e dissertações dentre as quais, a fundamentação teórica, recomendações didático-pedagógicas, pouca consistência teórico-metodológicas, entre outras. Acena os problemas em função da lógica da produtividade/produtivismo instalado na academia mensurada pelos indicadores de avaliação de impacto científico, pondo a universidade como prestadora de serviços convertida aos interesses de políticas públicas e “sujeitos privados” e seus “indicadores” de impacto social, cuja imposição imputa urgências às atividades de pesquisa em buscar resultados e produtos.

Magnani (1993) assevera sobre o equívoco de pensar a pesquisa resumida ao polo da concepção de teorias e propostas, consoante com políticas públicas, posicionando os

professores como executores. E pontua a atividade-fim da universidade requer um trabalho coletivo e conjuga diferentes momentos entrelaçados entre si de produção e divulgação do conhecimento sobre alfabetização e sua relação com o trabalho do alfabetizador no qual abrange: concepção, execução e avaliação de propostas, coletivas e fundamentais, de ensino – da leitura e escrita. Em que pese aos novos pesquisadores a responsabilidade e compromisso de ultrapassar a reprodução do conhecimento em forma de dissertações e teses ao buscar as contradições da “tradição inventada” pelos marcos regulatórios avaliativos que medem o impacto social da produção acadêmica desconsiderando a atividade-fim da universidade brasileira.

Soares (2017) pondera sobre o descaminho tomado pelo campo da alfabetização nas últimas décadas por diversos campos da ciência fundamentadas por teorias da aprendizagem articuladas a princípios fonéticos, linguísticos, psicolinguísticos, sociolinguísticos, teoria da leitura, teorias da produção textual, teoria do texto, teoria do discurso, dentre outras, fragmentando o objeto em facetas, assim privilegiando-a em detrimento das outras, configura um equívoco que seja a pista para o fracasso no ensino e na aprendizagem da língua escrita. E propõem um caminho articular conhecimentos e metodologias fundamentados em diferentes ciências, que possam traduzir-se em uma prática docente que integre as várias facetas da alfabetização. De modo que possa integrar e articular um ensino direto e explícito do processo de aquisição da língua escrita.

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e levantamento bibliográfico permitiu os achados parciais, dentre os quais, cabe interrogar se há uma tensão entre teorias modernas e pós-modernas no campo da alfabetização. E daí provocam uma fragmentação do objeto pelo esforço de “metodologizar”, contudo, os dados sugerem uma frágil resposta ao problema histórico da alfabetização no Brasil, dentre os quais cogita-se: quer por agências internacionais em torno do currículo descolado da realidade das escolas públicas, quer por acordos internacionais que pactuam metas para erradicar o analfabetismo, quer pela expectativa neoliberal de uma formação para o trabalhador parcelada, quer pela latente necessidade de educar a população, a exemplo, da pandemia provocada pelo COVID-19 que expôs a importância de uma população educada que possa assimilar um comportamento preventivo e siga as recomendações científicas em prol do coletivo.

Haja vista um conjunto de razões que imputa a escola um papel singular, no processo de desenvolvimento de milhares de brasileiros que necessitam da escola para construir mínimas ferramentas sem as quais inviabiliza a participação na sociedade por condições de dignidade as implicações sociais e econômicas, quer porque a pedagogia constitui-se uma ciência e como tal, postula explicar os processos de aprendizagem e seus nexos.

Diante do exposto, formula-se como problema: é possível uma alternativa histórico-crítica de alfabetização do 1º ao 3º ano na escola pública? Para tal, o levantamento bibliográfico e a seleção da pesquisa bibliográfica tomarão fontes primárias, clássicas e pesquisas com rigor comprovadas por métodos científicos. O laboratório social abrange uma testagem prévia, planejamento das atividades com base na pedagogia histórico crítica, e a teoria histórico-cultural, que explica a alfabetização a ser desenvolvida em sala de aula com as crianças a fim de demonstrar o processo de ensino.

A observação participante volta sua atenção para os aspectos empíricos do ensino, também será aplicado um survey multifatorial e entrevista com foco nos fatores ambíguos ou contraditórios da observação participante e o survey mencionado. A interpretação das fontes será tratada por meio do método histórico-crítico, no qual confrontam-se as perspectivas epistemológicas e seus nexos com a luta de classes, o direito à educação, a escola pública e seu papel social. E por fim, a análise alveja demonstrar uma alternativa de alfabetização do 1º

ao 3º ano da escola pública sob a perspectiva histórico-crítica.

Referências:

LIBÂNEO, José C. O campo teórico e profissional da Didática hoje: entre Ítaca e o canto das sereis. In: FRANCO, Maria Amélia S.; PIMENTA, Selma G. Didática: embates contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola, 2010.

MACIEL, Antônio C. Marx e a politecnia, ou: do princípio educativo ao princípio pedagógico. Revista Exitus, v. 8, n. 2, Santarém/PA, Mai/Ago, 2018. ISSN 2237-9460

MAGNANI, M. R. M. Em sobressaltos: formação de professora. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

MORTATTI, Maria do R. L. Produção acadêmica Brasileira sobre alfabetização: avaliação da qualidade e impacto científico e social. In: MORTATTI, Maria do R. L.; FRADE, Isabel C. A. da S. (orgs). Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, faremos e queremos? Marília; Editora Unesp, 2014.

MORTATTI, Maria do R. L. Brasil, 2091: notas sobre a política nacional de alfabetização. Revista Olhares, v. 7, n. 3, Guarulhos, SP, novembro de 2019. ISSN 2317-7853.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2017.